

Profanações do silêncio: indícios para transversar sexualidades e gêneros no Serviço Social

Márcia Tavares*

Lohanna Adriana dos Santos**

Resumo: Neste artigo, reunimos a nossa experiência – uma professora e outra ex-aluna de um curso de graduação em Serviço Social –, para registrar e analisar a discriminação e o preconceito presentes na comunidade acadêmica contra alunas(os) que desafiam as normas de gênero, mas também para suscitar uma reflexão sobre gênero, corpo, sexualidade e sua interface com o Serviço Social. Para tanto, resgatamos confrontos, negociações, deslocamentos e continuidades na relação de uma aluna transexual com seus professores, colegas, com a coordenação do curso e a direção da universidade.

Palavras chave: gênero; corpo; sexualidade; Serviço Social.

Abstract: In this article, we bring together our experience – as a teacher and her former student in an undergraduate degree Program in Social Work –, to record and analyze the discrimination and prejudice at work in the academic community against students who challenge gender norms, as well as to launch a debate on gender, body, sexuality and its interface with Social Work. For this purpose, we rescue confrontations, negotiations, shifts and continuities in the relations of a transsexual student with her teachers, peers, course coordinators and university administration.

Keywords: gender; body; sexuality; social work.

“E eu não aguento a resignação.
Ah, como devoro com
fome e prazer a revolta”

Clarice Lispector

Comentários iniciais

Este artigo está centrado em nossos relatos de experiência, na condição de ex-professora e ex-aluna de um curso de Serviço Social e traz como moldura a trama de nossas memórias, relativas a percepções, ações e reações da comunidade acadêmica na convivência com uma aluna transexual, com o intuito de suscitar entre as(os) leitoras(es) uma reflexão acerca da importância de incorporar nos conteúdos curriculares e no processo de formação profissional das(os) assistentes sociais a discussão das sexualidades e dos gêneros.

Os estudos sobre os diferentes arranjos de gênero e a diversidade sexual, no âmbito do Serviço Social, têm conquistado maior visibilidade a partir do esforço da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abepss) para estruturação dos grupos de pesquisa, em particular o Grupo Temático Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social, que vem se consolidando como um importante espaço tanto de renovação do conhecimento como catalisador de mudanças no exercício profissional (Tavares; Silva, 2010).

No entanto, não é comum pensar e falar sobre gênero e diversidade sexual, temas ainda marginais, abordados, quando muito, de forma intermitente ao longo do curso, por algumas(uns) professoras(es), enquanto as(os) demais, ancoradas(os) confortavelmente em valores consuetudinários, demonstram pouco interesse em se apropriar desses conteúdos.

Assim, advertimos desde já, ao compartilharmos nossas experiências e refletirmos sobre o tema nas próximas linhas, que queremos mesmo é desestabilizar, desnaturalizar cânones e, quem sabe, estimular as(os) leitoras(es) a se engajarem na luta contra as diferenças (ainda) reforçadas pelo Serviço Social e que contribuem para engendrar desigualdades e impedir a existência de uma sociedade justa e igualitária.

Danações do imaginário: da sexualidade e suas agruras

Cada sociedade inventa a sexualidade que pode inventar. (...) Como todo costume sexual é historicamente determinado, não há como dizer, de uma vez por todas, o que é certo ou errado. O que aprovamos como certo é o que beneficia a imagem de sujeito moral que queremos manter, o que desaprovamos é o que vai de encontro à sua imagem.

Jurandir Freire Costa

Durante muito tempo acreditou-se que a sexualidade de homens e mulheres podia ser programada antes do nascimento. E mais que isto, que a sexualidade seria um equipamento com o qual nascemos e que a conduta desempenhada por homens e mulheres teria relação direta com o sexo do corpo. Neste imaginário, a cena corrente é de “dois sexos primitivos que travam feroz combate na arena do social” (Mícolis; Daniel, 1983, p. 31), um nítido quadro naturalista em que a dimensão biológica aparece determinando os papéis sexuais. As ressonâncias deste quadro perfilam em várias instâncias. No âmbito dos saberes instituídos, a sexologia, por exemplo, desenvolvida por volta de 1900, recebe apoio da teoria da seleção sexual de Darwin, variante da seleção natural, em que o sexo é compreendido como associado à reprodução da espécie. Utilizando mecanismos evolucionistas, Darwin tenta explicar o fenômeno do dimorfismo sexual – as diferenças de formas entre machos e fêmeas em uma mesma espécie – e as vantagens que alguns sujeitos exercem sobre os outros do mesmo sexo e espécie (Lima Júnior, 2007). A lógica da seleção sexual, traduzida por Frankel (*apud* Lima Júnior, 2007) depende da coragem dos machos envolvidos na luta sexual para atender aos desejos da fêmea. A luta consiste entre sujeitos do mesmo sexo para afastar e matar os rivais (as fêmeas ficavam passivas); entre indivíduos do mesmo sexo para excitar ou atrair as do sexo oposto (as fêmeas selecionam os parceiros que lhes interessam). Neste caso, a seleção sexual “dependeria do sucesso de certos indivíduos sobre os outros do mesmo sexo”, no sentido da “propagação da espécie” (Lima Júnior, 2007).

Este quadro naturalista, pintado basicamente com cores e tonalidades essencialistas, ganha outros matizes com o construtivismo cultural. Mesmo porque, já em 1871, o conceito antropológico de cultura formulado por Tylor, não só instala hábitos e costumes na dimensão do adquirido, como também focaliza o comportamento humano em termos de sua diversidade cultural. Portanto, já levanta questões sobre o relativismo e universalismo das categorias culturais. Este viés conceitual, destituído de seus corolários evolucionistas, inspira análises de sistemas de categorias e imagens coletivas constitutivas da experiência sexual em grupos e culturas diferentes.

Estudos clássicos na antropologia já se debruçaram sobre a análise desses sistemas de categorias e imagens, como os desenvolvidos por Bronislaw Malinowski, Emile Durkheim, Marcel Mauss, Lévi-Strauss, Margareth Mead, Ruth Benedict e Mary Douglas (Franchetto *et al.*, 1981). A emergência da cultura como aquilo que torna o homem propriamente humano (Lévi-Strauss, 1976) ou como conjunto de redes de significação (Geertz, 1973), contribui para o desenvolvimento da percepção de que toda realidade é socialmente construída, inclusive o corpo, o sexo e a sexualidade. A espécie humana é essencialmente dependente da socialização. A sexualidade, nesta perspectiva, está ligada ao comportamento em relação ao sexo, portanto, é um termo abstrato que se refere às capacidades associadas ao sexo. Neste sentido, ela diz respeito a imperativos que estão dispostos nos processos de construção social dos corpos e dos sujeitos, se insere no âmbito dos costumes sexuais. A afetividade e a sexualidade passam a ser vistas como dimensões da pessoa e atualizam-se em formas socialmente convenionadas por certa cultura (Heilborn, 1999).

Mas por que, então, os enclaves discriminatórios, preconceituosos, excludentes e hierárquicos fadaram e ainda fadam milhares de sujeitos com condutas sexuais que fogem aos padrões da heteronormatividade, a viver à margem das fronteiras do instituído? É evidente que há pressões sociais para que nossa sexualidade

se realize conforme o que “naturalmente” se espera, embora as questões do sexo se liguem à ordem dos prazeres do corpo e dos sentidos e à ordem do desejo, mas o mundo da subjetividade inaugura fronteiras outras de arranjos existenciais e estéticos, muitas vezes, inauditos nos espaços costumeiros de realização social dos sujeitos. Como isto se operacionaliza? Segundo Foucault, na *História da Sexualidade* (1985), isto aconteceu no Ocidente, especificamente, devido à instauração de uma ciência da sexualidade que institui em sua discursividade regras para manter o sexo sob controle, no cenário da época de repressão (século XVII) própria das sociedades chamadas burguesas. Nesta obra de referência, Foucault traça um levantamento dos discursos produzidos sobre e em torno do sexo, fornecendo desta forma um panorama das relações entre prazer-saber-poder, que traz uma nítida manifestação do poder contido nos discursos de “verdade”. Uma das consequências deste processo de produção e institucionalização dos saberes é o surgimento de uma nova forma de inteligibilidade do sujeito (indivíduo), que vem a passar pelo dispositivo da sexualidade quando essa se torna, ao mesmo tempo, o que permite analisá-lo e o que torna possível constituí-lo.

Foucault (1985) localiza estes imperativos na passagem de uma sexualidade frouxa, em que havia uma tolerância e familiaridade com o ilícito, para uma sexualidade contida e confiscada pela família conjugal (século XVIII), na qual teria acontecido uma “explosão discursiva” sobre o sexo. As instituições políticas, econômicas e jurídicas o incitam, de maneira que a “confissão” e o “falar” tornam-se apanágio da classificação e especificação dos sujeitos. Os discursos produzidos no âmbito do poder – relações que perpassam a estrutura social – concretizam-se em instituições e em técnicas de dominação nas quais o corpo, a realidade mais concreta dos indivíduos, é atingido. O sexo torna-se, então, objeto de verdade, confiscado pelo discurso científico e pela “tecnologia do sexo”, que constroem um ordenamento daquilo que se tem confessado e sabido, a título de instituir o que é “normal” e “anormal” em torno

da sexualidade. Desde então, esta passa a ser o caminho de acesso do indivíduo à sua inteligibilidade e identidade. São os efeitos do sistema classificatório como quadro de leitura para as condutas, um poder que se institui sobre a vida, que se instaura no domínio de valor e utilidade que as pessoas possam ter.

Em *Microfísica do Poder* (1986), Foucault fornece outro elo para se compreender o porquê da destinação das sexualidades dissidentes da heteronormatividade a lugares obscuros do preconceito e da discriminação, quando, por exemplo, resgata as instâncias de dominação não mais nos espaços jurídicos de legitimação da soberania, mas nas formas de controle pela disciplina, pelo adestramento em nome de uma crescente utilidade dos indivíduos. Se o poder passa de uma soberania para uma “disciplina”, os indivíduos e suas identidades passam a ser forjados por ela, que se torna propaladora de normas e facilita o desenvolvimento da medicina – medicalização geral do comportamento, dos discursos e dos desejos. Nesta arena de forças, os sujeitos se tornam força de trabalho isenta de força política, cujo corpo é utilizado não mais pela repressão, mas pelo controle de suas potencialidades. Deste cenário se compreende que a sexualidade é uma invenção social e uma forma estratégica de exercício do poder. “A sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo” (Weeks, *apud* Louro, 2010a, p. 26).

Então, tomar o instituído socialmente como natural foi uma agrura do imaginário sobre o sexo e a sexualidade fundados no determinismo biológico e que cimentou o projeto da ordem social moderna. Nesta ordem social, também o binarismo sexual, dicotomizado nas categorias homem/mulher e masculino/feminino, é tido como determinante dos papéis sexuais assumidos por homens e mulheres no sentido da crença na reprodução de uma ordem da natureza nos avatares do masculino e feminino.

A desnaturalização deste suposto social determinado pelo biológico teve como contribuição as pesquisas da antropóloga norte-americana Margareth Mead que, na década de 1930, obteve repercussão pelo estudo comparativo de

culturas. Ela introduziu o termo papéis sexuais para mostrar que comportamentos masculinos e femininos eram construídos e podiam variar de uma cultura para a outra. É célebre o seu ensaio *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. Nestas sociedades, a divisão sexual do trabalho e as estruturas de parentesco eram analisadas para “explicar os diferentes papéis do gênero nas etnias arapesh, mundugumor e tchambouli”. Este estudo proporcionou importante material empírico para questionar a rígida diferenciação entre personagens femininos e masculinos, documentando culturas em que homens e mulheres dividiam entre si práticas consideradas exclusivamente masculinas no Ocidente (como a guerra) ou outras em que a distribuição das tarefas domésticas eram exatamente opostas às ocidentais (Sena, 2004).

Assim, o questionamento da divisão tradicional dos papéis sexuais entre homens e mulheres inaugura, no interior das ciências sociais, um campo de reflexão. O seu ponto de partida é a afirmação da identidade de gênero enquanto construção social do sexo como dado fundamental. A identidade de gênero aqui é percebida como uma forma de classificação social. Criada no início dos anos 1980, a categoria gênero, no seu primeiro uso, está ligada ao feminismo. Era usada para repudiar o determinismo biológico, mostrando que homem/mulher são categorias socialmente construídas. Mesmo assim, certos cenários continuaram a ser montados para a tecedura de socializações distintas entre os sexos, quando o enxoval e o quarto de meninas ganhavam a cor rosa, representando sua docilidade e delicadeza, enquanto o azul reproduzia no enxoval e na decoração do quarto, o caráter conquistador e indócil dos meninos. Aquela(e) que adotasse comportamentos e atitudes contrários às normas regulatórias era considerada(o) doente ou desajustada(o) e tratada(o) como inferior. Essas normas sociais, tidas como “naturais”, reprimiam a manifestação de outras formas de ser e de viver o desejo e de satisfazê-lo isento de culpa (Jesus *et al.*, 2008).

Além disso, cabe lembrar que, no âmbito da sexualidade, o preconceito social serviu para

conferir invisibilidade a determinadas identidades sexuadas, assegurando a subalternização de alguns direitos sociais, ao mesmo tempo em que legitimou práticas de inferiorização social, como a homofobia. Neste caso, o preconceito social fez uso, muitas vezes, de atribuições sociais negativas respaldadas na moral, na religião e na própria ciência, para fabricar uma hierarquia sexual, a qual se sustenta em um conjunto de valores e práticas sociais que elegem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas (Prado; Machado, 2008).

A inferioridade social a que se referem Prado e Machado (2008) restringe-se a indivíduos cujas sexualidades são dissidentes, aos quais é destinada uma subcidadania que limita o acesso a direitos sociais e à própria possibilidade de conquista de novos direitos políticos. Esta subalternidade pode abranger desde o estabelecimento de práticas legalizadas ou ilegalizadas até a dificuldade de acesso a políticas públicas, induzida pelos mecanismos gerados pelo preconceito.

A sexualidade, tal qual o gênero, deve ser pensada como uma construção correspondente histórica e social, e por isso mesmo, marcada por um caráter político, uma vez que esta não é só o corpo, envolve o aprendizado de regras, modelos de comportamento e valores próprios à sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. A sexualidade encontra-se, portanto, sujeita a uma pedagogia cultural que exerce uma função regulatória e, delimita espaços de segregação de gênero e sexualidade (Sabat, 2001). Conforme reflete Louro:

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura. As possibilidades de sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (2007, p. 11).

Um dos desdobramentos do conceito de gênero aponta justamente neste sentido referido por Louro, nas moldagens das relações de poder. As abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam das vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal e, na esteira de Foucault e Derrida, alocam na linguagem o lugar de produção das insígnias do corpo tido como um “construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder” (Meyer, 2010, p. 16).

De fato, as normas sexuais regulatórias tensionam que um corpo identificado como macho ou como fêmea, determine um gênero (masculino/feminino) e conduza a uma única forma de desejo – pelo sexo/gênero oposto. O processo de heteronormatividade – produção e reprodução da heterossexualidade compulsória – segue uma lógica binária que define as diretrizes e fronteiras para se pensar os sujeitos e suas práticas. “Fora deste binarismo, situa-se o impenável, o ininteligível” (Louro, 2008, p. 144).

Louro (2008) destaca que o processo de heteronormatividade atua como parâmetro para a implantação e legitimação de instituições e sistemas educacionais, jurídicos, de saúde, entre outros. Tais sistemas e instituições funcionam para atender às demandas dos sujeitos heterossexuais. Já os sujeitos que contrariam a norma vigente são desqualificados, podendo ser alvo de tentativas de reeducação, menosprezados, excluídos ou punidos.

A sexualidade é uma importante dimensão no processo de constituição identitária dos sujeitos e, reúne a percepção que elaboramos acerca de nosso corpo sexuado em comparação com o que os outros afirmam em relação ao que nós somos. A identidade de gênero é, portanto, a forma como alguém se sente e se apresenta para si mesmo e para os outros na condição de homem ou de mulher e, em determinados casos, como uma junção de ambos, sem que isso implique em uma conexão direta e inevitável com o sexo biológico.

Uma travesti, por exemplo, lida com seu corpo sentindo-se ao mesmo tempo um

ser feminino e masculino. Já uma pessoa transexual desconsidera o fato de ter nascido com um pênis ou com uma vagina para afirmar-se, respectivamente, como mulher ou homem a partir da forte convicção que tem de sua identidade de gênero. (...) As travestis e os/as transexuais estão na vanguarda da contestação de uma visão rígida das relações de gênero, pois subvertem a ideia binária de gênero, motivo pelo qual causam tanto incômodo nos espaços que frequentam. (...) Durante muito tempo, os homossexuais masculinos eram ‘identificados’ (muitas vezes até entre eles mesmos) por apresentarem traços considerados femininos. Em menor grau, a situação inversa também foi vivida pelas lésbicas. E as travestis e os/as transexuais permaneciam incompreendidas/os e eram duramente tratadas/os com desprezo, abuso e violência por motivos semelhantes (Jesus *et al.*, 2008, p. 35-38).

A sexualidade, tal qual o gênero, é uma construção histórica e cultural e, como pondera Giddens (1993), no cenário contemporâneo, também contempla outros arranjos, ou seja, exercitada no cerne da individualidade, a sexualidade ganha autonomia com a emergência das tecnologias reprodutivas que neutralizam o vínculo entre identidade feminina e papel reprodutivo. Em outras palavras, questiona-se a justificativa biológica na qual está calcado o desempenho sexual que tem como suposto a heterossexualidade compulsória. Consequentemente, as diferentes expressões e vivências da sexualidade adquirem legitimidade e afirmam-se como posições identitárias. Talvez nem mais identitárias, uma vez que o conceito de identidade sexual é um produto histórico e cultural específico do Ocidente. Foi no sistema classificatório da mentalidade ocidental que se criaram os termos específicos para designar práticas sexuais, com consequentes controles pela disciplina, como bem pontua Foucault (1985), através de sua genealogia das discursividades

científicas. O “transexual” seria um dos fenômenos extremos a que estamos assistindo, uma vez que, como advoga Jean Baudrillard (1990):

O corpo sexuado está entregue hoje a uma espécie de destino artificial. Esse destino artificial é a transexualidade. Transexual não no sentido anatômico, mas no sentido mais geral de travestido, de jogo de comutação dos signos do sexo, e, por oposição ao jogo anterior da diferença sexual, de jogo da indiferença sexual, indiferenciação dos polos sexuais e indiferença ao sexo como gozo. O sexual tem por objetivo o gozo, o transexual tem por objetivo o artifício, seja ele o de mudar de sexo ou o jogo dos signos vestimentares, morfológicos, gestuais, característicos dos travestis. (...) Somos todos transexuais. Assim como somos mutantes biológicos em potência, somos transexuais em potência. E não é questão de biologia. Somos todos simbolicamente transexuais (Baudrillard, 1990, p. 27-28).

Todavia, a presença incontestada da diversidade sexual no cenário social ainda parece condicionada à dimensão do exótico, do burlesco. Nas instituições que produzem e reproduzem as normas sociais regulatórias, como por exemplo, a família, a igreja, a mídia, a escola formal e a universidade, esses personagens parecem não ter lugar.

É o que nos informam os relatos de uma transexual, que afora as tramas conceituais acadêmicas, aponta-nos itinerários talvez não esperados no ambiente em que sua trajetória foi tecida. Decerto, não ignoramos que a memória tem seus caprichos e,

as lembranças pessoais são reconstituídas sob as bases de um presente que é social, ou seja, são submetidas a uma seleção; esquece-se de determinados aspectos, amplia-se outros a embelezar a narrativa, em consonância com o momento

presente e com as circunstâncias, lugares e pessoas com quem a memória será reavivada (Tavares, 2008, p. 35).

Por essa razão, no tópico seguinte, tentaremos desenredar as tramas da memória e recuperar episódios relativos à transfobia no espaço acadêmico, a partir de diferentes prismas – os relatos de experiência de uma ex-aluna e de uma professora do curso de Serviço Social –, de forma a matizar convergências e divergências em suas narrativas.

Convergências e divergências: entrelaçando memórias

Os passos da memória, tal qual no bolero: “São dois pra lá, dois pra cá”¹ e, embora suas evoluções nem sempre se deem de forma sincrônica, tornam-se um, ao remontarmos o quebra-cabeça de lembranças que compartilharemos nas próximas linhas. No entanto, para uma melhor compreensão do(a) leitor(a), essas memórias que se entrelaçam em tempo real, serão apresentadas em separado no texto escrito, de modo a nuançar as aproximações e distâncias em nossas reconstituições dos fatos passados. Deste modo, enquanto a Memória 1 traz as narrativas de Lohanna – a ex-aluna, a Memória 2 reúne as impressões de Márcia – a ex-professora.

Memória 1 – Meu nome é Lohanna, sou transexual e fui contemplada com uma bolsa de estudos integral para o curso de Serviço Social em uma universidade privada, situada em uma cidade do interior sergipano. Naquele momento, embora acreditasse que me possibilitaria trabalhar questões muito presentes em minha vida – os movimentos sociais e a luta por direitos e cidadania –, me fiz a seguinte pergunta: o que me esperava no curso de Serviço Social?

Inicialmente, supus que no curso de Serviço Social iria aprender muito e me apoderar de conhecimentos necessários à minha formação como militante dos direitos humanos; imaginei um lugar aonde o aprendizado iria me preparar para a vida comunitária, devendo tomar como

prática a partilha de atividades, tanto as relevantes como as cotidianas; conhecer as políticas públicas e os direitos dos cidadãos, como também maneiras de se buscar a efetivação dos direitos humanos, principalmente, em termos da defesa intransigente dos direitos de LGBTs, tendo como premissa o respeito aos direitos dos diferentes segmentos, discriminados ou não.

O primeiro dia de aula chegou e estava preparada para lidar com os olhares, além dos xingamentos, chacotas e outras formas de tratamento que tanto me acostumara a receber. Mas ser a primeira transexual a frequentar a sala de aula de uma universidade superou minhas expectativas, mesmo sabendo que poderia passar por inúmeros constrangimentos. Eu me senti muito mal, como se fosse um ser desconhecido que invadia um espaço que lhe era proibido. As pessoas olhavam, apontavam, saíam de suas salas para ir à minha “ver o veado, ou a travesti”, nunca a mulher e aluna do primeiro período de Serviço Social.

Caminhava por corredores da universidade me sentindo uma anomalia, um ser extraterrestre, ou até mesmo uma pessoa imunda que todos observavam e apontavam. A luta estava só começando e muito estava por vir. Ainda na primeira semana, passei pelo primeiro momento de discriminação, quando, em frente ao banheiro, um rapaz me abordou, perguntando o que eu fazia ali, arrematando que lugar de pessoas como eu era na rodovia se prostituindo e vendendo o corpo. Assustei-me! Ingenuamente, esperava que em um lugar como a universidade, onde se produz conhecimento, fosse encontrar pessoas dotadas de menor ignorância e preconceitos. Entendi que a realidade era outra e respondi que, como qualquer pessoa, estava ali para estudar e, ao contrário de outras meninas travestis e transexuais que ali não chegaram, fui forte e, mesmo sofrendo as dores de ser diferente, após o ensino médio excludente e transfóbico, cheio de pessoas como ele, chegara à universidade.

A dor que senti perante aquela indagação e, principalmente, diante da definição, por um desconhecido, do meu “lugar” na sociedade, foi muito forte! A partir daquele momento, percebi

que nada por ali seria fácil. No entanto, também me enchia de forças para ir adiante e não deixar que o preconceito presente na sociedade e, ao que tudo indicava, reproduzia-se na universidade, atrapalhasse meus planos.

Dia após dia, a segregação mostrava suas várias faces. Matriculada em uma sala com mais de 60 alunos, era sozinha. A turma não me entendia, os professores não sabiam como me tratar, tudo era novo para eles, sofri muito em sala de aula, os mesmos olhares de repulsa e reprovação que recebia fora, na sala pareciam mais intensos, uma vez que se aliavam à exclusão, pois nos momentos de trabalho em grupo, eu não era convidada pelos colegas e, quando as(os) professoras(es) não me incluíam em algum grupo, fazia sozinha as atividades.

Nos intervalos permanecia na sala de aula; nos espaços de convivência estudantil não me encontrava, era uma pessoa perdida em meio à multidão de discentes da universidade. Aos poucos, fui conhecendo os seus caminhos, percebendo pessoas, observando atitudes, procurava apoio e proteção, só carecia de alguém que me entendesse e com quem pudesse dividir minhas angústias, sofrimentos e, mais que tudo, o medo que pairava no coração: ali eu poderia a qualquer momento ser alvo de algum tipo de agressão. Em suma, a ordem moral a que se apegavam as pessoas e a própria cultura acadêmica, contribuía para me isolar, excluir, ao mesmo tempo em que eram confrontados com a necessidade de se adaptarem àquele novo ser que ali estava. Contudo, não somos sozinhas e, de forma dialética, a universidade, mesmo sem eu saber, pensava maneiras de se adaptar à minha presença ou, pelo menos, de me entender.

Nesse sentido, no primeiro evento do qual participei como discente, a 2ª Semana de Extensão, por coincidência ou “chamego” do destino, a universidade oferecia, pela primeira vez, um minicurso sobre a temática “Gênero e Sexualidade”, ministrado pela professora Márcia, do curso de Serviço Social que, na ocasião, coordenava um grupo de estudos de gênero. Logo fiz contato com a docente, que se dispôs a me orientar e disse me entender, o que nos

aproximou, naquele momento surgindo uma grande amizade.

Memória 2 – Meu nome é Márcia, fui professora da universidade onde Lohanna estudou e, lembro de que o “chamego do destino” foi articulado pela coordenadora do curso de Serviço Social. Eu não conhecia Lohanna, mas lecionava a disciplina Seminários Temáticos no *campus* da capital, cuja discussão estava voltada para as questões de gênero e étnico-raciais em suas múltiplas intersecções na vida social, além de coordenar o grupo de estudos sobre gênero. Foi-me solicitado pela coordenação que ministrasse um minicurso em um dos *campi* do interior e, fazendo uso de minha experiência de pesquisadora na área de gênero e sexualidade, de forma sutil e delicada, encontrasse uma solução para o seguinte problema: no Serviço Social havia um aluno que se autodenominava transexual – esclareceu que não sabia exatamente o que isso significava –, mas o fato preocupante era que ele usava roupas femininas, solicitava que o chamassem pelo nome de Lohanna e reivindicava o uso do banheiro feminino, o que vinha gerando desconforto e/ou intolerância entre as(os) colegas e ameaçava a harmonia reinante na comunidade acadêmica.

O minicurso transformou-se em palestra, que realizei no espaço de convivência da universidade², e reuniu alunas(os) e professoras(es) de diferentes cursos. Durante a minha fala, foram poucas as pessoas que fizeram intervenções, mas cabe registrar dois momentos: o primeiro foi quando, após apresentar o conceito de gênero e discutir como mulheres e homens são inventados à semelhança da sociedade e cultura em que vivem, desde a mais tenra idade, comportando diferentes arranjos, esclareci que a sexualidade também era uma construção histórico-social e, portanto, não poderia ser pensada no singular. Feito isso, passei a elencar as diferentes expressões da sexualidade, ao mesmo tempo em que explicava, de forma sucinta, a distinção entre uma e outra. Lohanna, que estava sentada algumas cadeiras adiante, assim que mencionei a(o) transexual, olhando-me fixamente, manifestou-se: – Esta sou eu! Indaguei

seu nome e, diante de todos os olhares voltados para ela, sem vacilar, verbalizou o nome com o qual se identificava e pelo qual gostaria de ser chamada na comunidade acadêmica.

O segundo momento foi ao final da palestra, quando me coloquei à disposição para quaisquer esclarecimentos e, um dos homens presentes, que afirmou ser aluno de Serviço Social e colega de Lohanna, expressou seu desconforto com a discussão e, mais precisamente, com o relativo convívio com a colega, esclarecendo que não tinha nada contra homossexuais, “dentro de quatro paredes, tudo bem”, isto é, outras expressões da sexualidade podem até existir e ser exercidas, desde que às ocultas, ou melhor, desde que “não saiam do armário”. Seu depoimento revelava, naquele momento, que desafiar a heterossexualidade compulsória e desestabilizar a normatividade vigente exigiriam, tanto da professora como da aluna, muitas leituras e estudos sobre o tema.

Memória 1 – O tempo passava... Com esta mulher me senti acolhida e, com sede de informação, fui solicitando leituras: livros, artigos, tudo o quanto pudesse me passar sobre estudos de gênero (especificamente voltados para as questões LGBTs, os chamados estudos *queers*, ressalva relevante, pois sob a rubrica estão os estudos feministas, voltados também para mulheres heterossexuais, negras etc.). As leituras renderam um projeto de iniciação à pesquisa, que não foi aprovado, mas consegui realizar e apresentar como Trabalho de Conclusão de Curso.

Memória 2 – Cabe lembrar que foram apresentadas duas versões do projeto, ambas recusadas sob a alegação de que havia problemas de ordem metodológica e, embora tivesse alertado Lohanna sobre a possibilidade de isso acontecer, não pude evitar seu desapontamento. Na verdade, sabia que a única incongruência estava no tema. Afinal, como aprovar uma pesquisa sobre a homofobia na universidade, se a intenção era exatamente mascarar o preconceito e evitar o confronto direto? Não é à toa, portanto, que seu projeto só obteve a anuência da coordenação do curso após o deslocamento do *locus*

de pesquisa para instituições de ensino de nível fundamental e médio.

Memória 1 – Em meio às discussões em sala de aula, conversas com professores, diretores, colegas e demais membros da comunidade universitária, fui ganhando confiança e me encontrando no curso. Percebia ser o Serviço Social um meio para dirimir as desigualdades sociais e combater a discriminação contra as pessoas iguais a mim. Um ano passou e, em meados do mês de abril de 2009, o diretor do *campus* me convidou, ou melhor, me desafiou a montar um minicurso, no qual eu pudesse falar sobre diversidade sexual e homofobia e, assim o fiz, sendo uma das primeiras alunas a ministrar um minicurso na 3ª semana de extensão da universidade.

Cabe lembrar que, ao entrar na sala onde seria realizado o minicurso, deparei-me com uma situação nunca enfrentada: falar sobre gênero e diversidade sexual para um grupo misto de 50 universitários de diversas turmas. Tal momento foi emocionante e marcou a minha formação, pois, de um lado, iniciava precocemente a práxis profissional, procurando responder à sede dos colegas em conhecerem, discutirem a diversidade sexual e, assim, poderem me entender; do outro, eu, pessoa necessitada de espaço para falar, para colocar que sou normal e tão igual a todos. Foi muito linda aquela noite, perceber a felicidade nos olhos daqueles estudantes a cada descoberta ou novidade sobre o tema, era um combustível que me revigorava e fechava algumas feridas.

A discussão fluiu, a cada instante os estudantes colocavam seus pontos de vista sobre cada questão discutida. No entanto, o momento que mais me marcou foi ao final da atividade: ao concluir a apresentação do conteúdo, iniciei o debate, esclarecendo que todos poderiam fazer suas perguntas, bem como fazer uma avaliação da noite. Neste momento, diversas dúvidas foram sanadas, experiências compartilhadas e, para mim, um espaço de desabafo estava ali formado.

Como toda a história tem que ter um “ápice”, no final da aula, um rapaz que fazia o curso

de direito me parabenizou por estar superando barreiras na universidade e, comentou que soube de mim por outras pessoas, acrescentando que os estudantes estranhavam o fato de eu estar ali como acadêmica, muitos saíam de suas salas com falsas desculpas para irem à minha sala me ver. Nesse sentido, se disse curioso em conhecer uma pessoa estranha àquele meio, por isso se inscrevera no minicurso e, afirmou que eu era uma vencedora, pelo fato de ser a primeira aluna a ministrar um minicurso na instituição. Tal depoimento me emocionou, pois até aquele momento ninguém havia explicitado o quanto os outros me viam como um corpo estranho, não imaginava a intensidade com que me olhavam e nem que muitos me viam como ameaça.

Memória 2 – Era expectadora tanto dos percalços enfrentados por Lohanna como de avanços no convívio com os colegas ou professores, particularmente, em virtude de sua responsabilidade como aluna e das boas notas que obtinha nas atividades de avaliação das disciplinas. Lohanna está certa, todos se mostravam ávidos para conhecê-la e ouvi-la. Contudo, diferentemente dela, também acompanhava os bastidores e ponderava – o interesse não seria motivado por sua excentricidade? Era perceptível o desconforto dos(as) demais professores(as), que agiam de forma ambígua, poucos(as) conseguiam chamá-la pelo nome social, ao mesmo tempo em que aparentemente aceitavam sua *performance* de gênero³ e procuravam incluí-la em comissões ou convocá-la para ser representante de turma, junto com outros(as) alunos(as), mas sempre é bom lembrar, “um elemento intrínseco ao preconceito sexual é a prática do silêncio e da dissimulação” (Prado & Machado, 2008, p. 25).

Por isso, vez por outra era também chamada para orientá-las e/ou intermediar diante de determinadas situações, quando, por exemplo, as reivindicações da aluna iam de encontro às normas institucionais e aos valores tidos como corretos, como por exemplo, o uso do banheiro feminino ou vestimentas femininas⁴. Além disso, era questionada sobre sexualidade, ocasiões

em que essa curiosidade parecia se estender para a escolha da minha área de pesquisa. Seus olhares desconfiados indagavam: Por que estudar gênero e sexualidade? Será que ela também não é “normal”, mas “diferente”, “excêntrica”? Afinal, conforme destaca Louro:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existe muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (2010b, p. 43-44).

Memória 1 – O tempo passou e, a cada dia me convencia da profissional em que estava me tornando, pois a partir da minha primeira intervenção na universidade, fui convidada pelo diretor do *campus* para ir a outros eventos e, assim, discutir diversidade. No entanto, isso não significa que o preconceito e discriminação tinham acabado, ao contrário, os olhares e chaticas continuavam como raios mortais presentes em minhas noites. Houve então o tempo em que ir para a universidade era um martírio, um inferno, pois continuava sendo vista e tratada como um elemento estranho.

Continuei a vida acadêmica, conquistei alguns amigos e, no terceiro período da formação, quando finalmente pensei estar em paz na comunidade acadêmica, um representante do setor jurídico da universidade visitou o *campus*, mandou me chamar na sala da direção e, diante do diretor, proibiu-me de usar o banheiro feminino, em virtude das reclamações de algumas alunas, sob a alegação de haver um “homem” usando tal banheiro. Senti-me mal! Ao tentar argumentar, o interlocutor me coagiu, dizendo que eu era homem, na minha matrícula constava o sexo

masculino e, por isso, deveria usar o banheiro masculino como qualquer outro homem.

Naquele momento, senti-me tal qual um pedaço de papel e, assim, me perguntei se era uma pessoa ou só um número naquele estabelecimento. Não bastasse, logo após foi feita uma reunião com líderes de sala e, aquele senhor me expôs, ao informar a todos os líderes que comunicassem em suas salas que eu estava proibida de usar o banheiro feminino, sob pena de ser advertida, o que me causou constrangimento e dor. A ida à universidade se tornou ainda mais difícil para mim, passei noites impedida de satisfazer as necessidades biológicas, de 18h30min até as 22h00min, sem poder usar o banheiro feminino. Foi uma barra! Era vista como um homem que queria ser mulher, e como medida punitiva e correcional, estava proibida de usar o banheiro das mulheres. Sofri! Chorei! Tranquei disciplinas para não ir todas as noites à universidade... Mas não desisti.

A situação chegou aos ouvidos da mídia e tornou-se pública. Organismos de defesa dos direitos humanos como o Centro de Defesa em Direitos Humanos e Combate à Homofobia e o Balcão de Direitos procuraram a universidade em busca de uma possível solução. No entanto, a universidade não mudou sua posição e o curso de Serviço Social, que deveria, em tese, solidarizar-se e me dar apoio, não se manifestou, o que me entristeceu.

Cheguei, dessa maneira, ao quarto período e, depois de descobrir que as alunas em questão eram do curso de Serviço Social, decidi tomar algumas atitudes. Na aula inaugural do primeiro período, organizei um abaixo assinado que pretendia passar com as meninas, com o objetivo de que me autorizassem o uso do banheiro. No entanto, ao solicitar a palavra, esta foi negada pela coordenadora do curso, que também me proibiu de passar tal documento na sala de aula. Indignada, ainda assim tomei o espaço e falei da minha angústia aos presentes, argumentando que a coordenadora deveria rasgar seu Código de Ética, pois o curso de Serviço Social daquela universidade não defendia o respeito aos direitos humanos.

Memória 2 – Vale registrar que, na época, uma das professoras do curso de Serviço Social exercia o cargo de presidente do Conselho Regional de Serviço Social – Cress. Mesmo assim, não tomou nenhuma providência nem deu qualquer orientação à aluna, ignorando os princípios norteadores da atuação profissional, contidos no Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social (1993). Tal postura pode ser atribuída ao receio de contrariar as normas institucionais e sofrer represálias, mas indica também que, embora as questões de gênero e até mesmo relativas à sexualidade estejam na pauta de revistas, programas televisivos e, cada vez mais sejam discutidas por pesquisadores(as), inclusive do Serviço Social, as escolas e muitos de seus professores(as) reiteram o padrão heteronormativo, repudiam outras sexualidades ou tentam “corrigi-las” (Silva; Soares, 2010).

Instigada pelo debate feito em todo o Estado e a nível nacional, a universidade incluiu a discussão sobre a diversidade em um dos eventos de seu calendário acadêmico. No mesmo ano e período, mais precisamente no final do mês de setembro, a universidade organizou um ciclo de debates que colocou em cena a discussão sobre a sexualidade humana, desta vez, tendo como foco o respeito e aceitação da diversidade, evento que, por três dias, lotou os auditórios onde foi realizado.

Na ocasião, fui convocada para uma reunião e, o grupo de estudos de gênero que eu coordenava decidiu aceitar a tarefa, com a condição de que não houvesse interferências, ficando sob nossa responsabilidade desde a escolha do tema à lista de convidados. Como estratégia política, elaboramos a programação de forma que a homofobia fosse apenas um dos temas a serem discutidos, bem como escolhemos os palestrantes entre pesquisadores, militantes, delegados, assistentes sociais, advogados e representantes de organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos.

No interior, muitos estudantes se recusaram a participar da mesa sobre homofobia, assim como na capital, embora em menor número. Já os participantes do evento, ancorados na supremacia da

heteronormatividade – reproduzida pelas instituições e no imaginário social –, ensaiavam uma perspectiva de enquadramento para compor uma unicidade, ainda que fictícia: – A senhora não quer casar, adotar um filho? Esta foi uma das perguntas feitas a uma travesti, que acabara de versar sobre sua trajetória de vida e luta para vencer o preconceito e discriminação. Diferentemente de Lohana, que participava ativamente da comissão de organização do evento em sua cidade, entendíamos que se havia presságios de mudança, muitos desafios e resistências nos aguardavam mais à frente. Afinal, conforme alerta Louro:

Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções, mas o caráter excepcional desse momento pedagógico reforça, mais uma vez, seu significado de diferente e de estranho. Ao ocupar, excepcionalmente, o lugar central, a identidade ‘marcada’ continua representada como diferente (2010b, p. 45-46).

Memória 1 – Eu estava muito feliz e imaginava que, a partir daquele momento, tudo iria mudar e, finalmente, seria respeitada. As coisas não foram como esperava, naquele momento começava a batalha para obter a autorização jurídica de uso do banheiro feminino, e hoje, nessas memórias, noto o quanto o problema mudou minha vida. Desde a proibição de usá-lo, passei a lutar para mudar o meu nome social e, após saber que a alteração de nome não resolvia o problema, decidi agilizar os procedimentos para a mudança de sexo. Com os respectivos processos em andamento, solicitei à universidade, por escrito, o documento relativo à proibição de utilização do banheiro.

Supus que o preconceito e a discriminação estavam ceifados, mas no quinto período, quando tem início o estágio, em que se exercita a práxis a partir da teoria aprendida nos bancos universitários, todas(os) fomos aos locais de estágio, para procurar um(a) assistente social que aceitasse supervisionar nossa prática; fui a três profissionais, mas recebi respostas negativas.

Mais doloroso ainda foi ser discriminada por profissionais que deviam me defender. Em uma dessas visitas, a assistente social disse que não era louca de me colocar para estagiar consigo, pois os usuários não iriam me aceitar e, além disso, para ela era inadmissível eu “querer ser mulher à força”. Saí desconsolada e decidida a não estagiar, os conceitos aprendidos em sala de aula e na literatura do Serviço Social se contradiziam em minha cabeça e me perguntava: por que na teoria a defesa dos direitos humanos estava instituída no Código de Ética da profissão e na prática só se via a indiferença e o preconceito? Apesar de mais uma vez desapontada, como sempre ergui a cabeça e busquei uma solução, terminei fazendo meu estágio curricular em projetos de extensão da universidade, nos quais trabalhei o Serviço Social na educação.

Como forma de alimentar a alma, ingressei no movimento estudantil de Serviço Social, por considerá-lo um espaço onde eu poderia modificar pensamentos e estereótipos e, assim, fui convidada a compor uma mesa no 32º Eress – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social –, que aconteceu na Universidade Federal da Bahia (Ufba), com o tema “A diversidade e discriminação nas unidades de formação acadêmicas – Ufas”, em que também ministrei um minicurso e fui eleita coordenadora da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, sendo a primeira transexual no cargo, representando a região III, que corresponde aos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. A partir daí, participei de diversos eventos do movimento estudantil e contribuí para a ampliação da discussão no movimento e criação de mais um eixo de debates: opressões.

Memória 2 – Certamente, seja devido ao seu poder de argumentação, seja porque os(as) colegas se sentiam constrangidos(as) em cercar a sua participação de forma mais ativa, Lohana conseguiu convencê-los(as) a me convidarem – na ocasião eu residia em Salvador e trabalhava em uma universidade local – para proferir uma palestra, que intitulei de “Diversidade sexual e o preconceito contra a classe LGBT no espaço

acadêmico”. Porém, uma surpresa me aguardava: seria uma mesa redonda, a qual eu compartilharia com outra professora, e ela havia sido excluída. Portanto, o preconceito permanecia, ainda que os(as) colegas apenas tenham expressado suas restrições para mim, o que terminou por favorecê-la, pois, mesmo a contragosto, ninguém teve coragem de se manifestar contrário à sua participação na mesa, as oposições sendo silenciadas à medida que expunha sua história.

Memória 1 – O ano passou, o momento de estágio foi proveitoso, passei por dificuldades quanto às práticas, e o grande embate estava na escrita do relatório final de estágio. Apesar de não ter meu nome social na lista de presença, tinha conseguido que fosse respeitado em sala de aula, onde todos me chamavam de Lohanna. Assim, ao redigir o relatório de estágio, utilizei o nome com o qual me identifico, o que gerou um conflito e, após diversas discussões, a coordenação autorizou o uso do meu nome social no relatório de estágio, desde que acompanhado do nome de registro, situação que consegui reverter no trabalho de conclusão de curso.

No trabalho de conclusão de curso (TCC), escrevi sobre homofobia na escola. Foi interessante reconhecer, em outros alunos, tudo o que passei no ensino médio. Reviver momentos iguais em espaços e épocas diferentes me fez perceber que a discriminação e o preconceito ainda se expressam da mesma forma na educação básica, meu objeto de estudo, assim como na educação superior. Foi enriquecedor analisar falas, posições, conceitos e, assim, poder me reinventar a partir do estudo da vida de outros que passaram e/ou passam pelo mesmo que eu.

Em meados deste período, a surpresa! Fui aprovada como educadora social em concurso público, enquanto seguia estudos para término do TCC. Chamada ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) para uma reunião que discutiria a lotação dos educadores sociais, eu solicitei à assistente social responsável pela sua condução que me chamasse pelo meu nome social. Ela elevou o tom de voz, para que todos os presentes pudessem ouvir, dizendo que enquanto eu trabalhasse naquele município seria

chamada pelo nome de registro. Mais uma vez exposta, revidei, lembrando a ela e aos demais presentes sobre a recomendação do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), relativa ao respeito à diversidade, contida no Código de Ética da profissão do assistente social, extensiva a todos os direitos humanos. Após concluir o curso, o Cfess baixou uma portaria autorizando a utilização do nome social de assistentes sociais travestis e transexuais no exercício da profissão, o que me deixou feliz, pois além de ser a primeira transexual assistente social do meu estado, teria o direito de utilizar meu nome no exercício da profissão.

Para os próximos capítulos...

O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), ao assumir um compromisso ético-político com os direitos humanos, contrapõe-se ao estado de barbárie que assola o cenário social e que tem contribuído para a banalização da violência, perda de direitos sociais, crescente individualismo, impessoalidade e tentativa de homogeneização das subjetividades, que destroem princípios, valores éticos e morais que até bem pouco tempo balizavam as relações sociais.

O Código de Ética abraça os seguintes princípios: reconhece a liberdade como principal valor ético; defende incondicionalmente os direitos humanos; luta para a ampliação da cidadania e aprofundamento da democracia e se posiciona em favor da equidade e justiça social. No tocante à defesa da diversidade e luta contra o preconceito, em seus variados aspectos, o Código recomenda:

- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

- opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

- exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de

inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe, 2004, p. 43).

Todavia, trazer tais princípios para os componentes curriculares e para as atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica não é tão simples ou confortável, uma vez que requer abdicar de um modelo educacional burocrático que, respaldado na lógica cartesiana, oferece-nos uma falsa segurança, na medida em que produz modos de pensar e ser lineares, teleológicos e hierárquicos (Tavares; Silva, 2010).

Em outras palavras, mesmo que o Código de Ética traga fundamentos ético-morais, que devem balizar a intervenção profissional, enuncie direitos e responsabilidades das(os) assistentes sociais, bem como defina penalidades em caso de infrações, isso não significa que as regras de conduta serão cumpridas nem, tampouco, que esse instrumento legal tenha a capacidade de mudar as visões de mundo e referenciais valorativos na dimensão pessoal.

No entanto, sabemos que a realidade é dinâmica, portanto, mudanças são factíveis. Há quase dois anos, o Cfess baixou a resolução n. 615, de 8 de setembro de 2011, que dispõe acerca da inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da(o) assistente social transexual em seus respectivos documentos de identidade profissional, o que evidencia, pelos menos entre as(os) representantes da categoria, o esforço para romper com o silêncio e a complacência que encobrem a violência institucional perpetrada contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nas escolas, universidades e em seus locais de trabalho.

Por essa razão, este artigo busca suscitar o questionamento na academia – entre alunas(os), professoras(es), supervisoras(es) de prática – e demais leitoras(es), na tentativa de fomentar a reflexão e a busca de formas de enfrentamento das contradições e desigualdades que permeiam a vida social e acadêmica. Para tanto, é necessário encararmos os (pre)conceitos que, tantas vezes, tentamos dissimular, com relação

às orientações sexuais e identidades de gênero dos indivíduos com os quais convivemos no dia a dia. A promoção de eventos, atividades pontuais e esporádicas não são suficientes, pois “não chegam a perturbar o curso ‘normal’ dos programas, nem mesmo servem para desestabilizar o cânon oficial” (Louro, 2010b, p. 45).

Portanto, defendemos que nossas matrizes curriculares devem ser revistas, de forma a agregarem no processo de formação profissional das(os) assistentes sociais o conhecimento acerca das histórias de vida, reivindicações, práticas e lutas sociais das minorias, caso estejamos realmente comprometidas(os) com uma perspectiva emancipatória e transformadora. Para finalizar, fazemos nossas as palavras de Louro (2010b, p. 51): “precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições. É possível, então, que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadoras”.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, J. *A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus, 1990.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução 615/2011*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/legislacao_resolucao.php>. Acesso: 15 nov. 2011.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SERGIPE. *Coletânea de leis*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2004.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª ed., 1986.
- FRANCHETTO, B. *et al. Perspectivas antropológicas da mulher*, n. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- HEILBORN, M. L. (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- JESUS, B. de et al. *Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens*. São Paulo: Ecos – Comunicação em Sexualidade, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O Pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LIMA JÚNIOR, L. P. de. O lugar da sexualidade: da ciência empírica à sexologia. In: MACHADO, C. J. dos S.; NUNES, M. L. da S. (orgs.) *Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. O “Estranhamento” Queer. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2010a.
- _____. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2010b.
- MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L. et al. *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MÍCCOLIS, L.; DANIEL, H. *Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- OLIVEIRA, N. M. de. *Damas de Paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Centro Editorial e Didático da Ufba, 1994.
- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SABAT, R. “Pedagogia cultural, gênero e sexualidade.” In: *Revista Estudos Feministas*, – v. 9, n. 1. CFH/CCE/UFSC, 2001.
- SENA, T. Os estudos de gênero e Michel Foucault. In: GROSSI, M. P. et al. *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.
- SILVA, R. A.; SOARES, R. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TAVARES, M. S.; PEREIRA, J. B.; OLIM, M. de. “Itinerários de vida ao envelhecer: experiências de travestis em Sergipe.” In: *VIII Reunión de Antropología del Mercosur. Diversidad y Poder en América Latina*, Buenos Aires, 2009.
- TAVARES, M. S. *Os novos tempos e vivências da “solteirice” em compasso de gênero: ser solteira e solteiro em Aracaju e Salvador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- _____. SILVA, A. M. Lacunas no processo de formação profissional da(o) assistente social relativas ao trabalho social com famílias. In: *Anais do V Congreso Internacional y VIII Congreso Nacional de Trabajo Social*. Costa Rica: Colegio de Trabajadores Sociales, set. 2010. CD Rom.

Notas

- 1 Referimo-nos à canção *Dois Pra Lá, Dois Pra Cá* (1973), de João Bosco/Aldir Blanc. Disponível em: <<http://www.joaobosco.com.br/novo/disco.asp?dsc=1>>.
- 2 O espaço de convivência consiste em uma área onde circulam os alunos nos intervalos das aulas e ficam situadas a secretaria e diretoria do *campus*, uma lanchonete com mesas ao redor, uma copiadora e a biblioteca. Para a palestra, foram deslocadas cadeiras

das salas de aula, de forma a acomodar as pessoas presentes.

³ Em outro momento, tomando Butler (2003) como parâmetro, afirmamos que a repetição de atos, gestos e atuações modela *na superfície* do corpo um “suposto” feminino que, ao ser esculpido, revela sua performatividade (Tavares; Pereira & Olim, 2009).

⁴ Oliveira (1994, p. 72-73) argumenta que: “O assumir a identidade de outro sexo é acompanhado de uma série de ritos que guardam semelhança com a construção de um personagem de teatro. Pressupõe o domínio de uma série de saberes que compõem o universo feminino. (...) A roupa, o traje, a vestimenta, constituem elementos importantes

desta transformação. A indumentária é sobre o corpo um investimento simbólico”.

Márcia Tavares

* Assistente social, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Ufba.

Lohanna Adriana dos Santos

** Graduada em Letras e Serviço Social.